

DESCONSTRUIR PARA QUÊ?

Paulo Henriques Britto
PUC-RJ

A idéia central que vou desenvolver aqui não é de modo algum uma novidade. Minha crítica à desconstrução baseia-se num argumento que já foi levantado várias vezes por diversos autores.¹ Meu objetivo é desenvolver o argumento de modo um pouco mais aprofundado.

Quando, em ciência, se critica um conceito em vigor e se propõe um outro em seu lugar, normalmente o que se faz é demonstrar que o conceito original não serve adequadamente a seu propósito e que o novo conceito proposto é mais adequado. Assim, nos contextos relevantes para a ciência, propõe-se que o novo conceito seja empregado no lugar do antigo, o qual pode continuar a ser usado em contextos de baixa relevância teórica, na vida cotidiana. Criticar um conceito não significa necessariamente relegá-lo à lata de lixo da história, e sim apenas relativizá-lo, limitar sua utilização aos contextos que não são cientificamente relevantes.

Um exemplo deixará claro o que quero dizer. Suponhamos que um historiador se declara adepto do materialismo histórico. Isso implica, entre outras coisas, que ele não aceita os pressupostos teóricos de uma historiografia para a qual a história é essencialmente determinada pelos atos de grandes homens, líderes carismáticos que conseguem alterar o curso dos acontecimentos através da imposição de sua vontade. Para o materialista histórico, são os modos de produção da vida material, os fatores econômicos, que constituem o motor da história, e não os atos dos grandes

indivíduos. Assim, ainda que numa conversa privada, sem maiores implicações, nosso historiador marxista atribua à vontade férrea de Lênin a vitória da Revolução Russa, no momento em que ele estiver escrevendo um texto de história sobre os eventos de 1917 é de se esperar que ele tenha a cautela de deixar claro que as verdadeiras causas da Revolução se encontram em fatores impessoais, de natureza econômica, e não na vontade de um líder. Caso contrário, podemos com razão acusá-lo de não respeitar, na sua prática de historiador, os princípios teóricos que afirma defender.

Ora, do mesmo modo, quando um teórico da tradução critica certos pressupostos, estigmatizados como “logocêntricos”, e julga demonstrar que eles são insustentáveis, concluímos que ele propõe que se excluam esses pressupostos do discurso tradutológico. Vejamos o que acontece com o discurso desconstrutivista na área da teoria de tradução.

Examinemos o ensaio “As questões teóricas da tradução e a desconstrução do logocentrismo: algumas reflexões” da professora Rosemary Arrojo, talvez a mais destacada defensora da desconstrução na área da teoria da tradução no Brasil.² O texto começa com uma longa epígrafe, em português, identificada como um trecho de *Humano, demasiado humano*, de Friedrich Nietzsche. No decorrer do artigo, Arrojo discute vários autores que se debruçaram sobre o problema da tradução, como George Steiner, Quine e Ronald Knox. A certa altura (p. 74), ela resume três dos pressupostos da argumentação de Knox, que tenta reduzir as questões teóricas da tradução a duas perguntas; esses pressupostos embasariam a “tradição logocêntrica” que a autora critica. Ligeiramente simplificados para os fins da presente argumentação, são os seguintes os pressupostos:

- (1) é possível haver uma tradução “literal”, equivalente ao “original”, sem interferência do tradutor;
- (2) pode-se considerar um texto “original” como um objeto estável, cujo significado identifica-se com a intenção consciente do autor,

sendo irrelevantes a contribuição do leitor e seu contexto sócio-cultural e histórico;

(3) o significado é um objeto distinto do estilo do texto em ele aparece.

Em seguida, Arrojo cita, em português, vários trechos de uma obra do francês Georges Mounin, desenvolvendo uma crítica a suas posições que, como veremos adiante, me parece plenamente acertada. Após cada citação, a autora faz comentários do tipo: “Assim, para Mounin...”, “Mounin deixa claro...”, “Mounin crê, portanto...” Na sua conclusão, Arrojo critica a tradição “logocêntrica” por constituir um empecilho para o avanço da reflexão sobre a tradução, e propõe a desconstrução dos pressupostos resumidos acima. Ao final do artigo, aparece uma pequena bibliografia, que, como de praxe, não inclui a obra de Nietzsche, por ser esta usada apenas como epígrafe, porém inclui a de Mounin, citada em português. O nome do tradutor de Mounin não é mencionado.

O resumo acima é bastante incompleto; o artigo de Rosemary Arrojo levanta muitas questões específicas que mereceriam uma análise mais aprofundada, mas para a presente discussão os pontos que destaquei são suficientes. O que podemos concluir com base no meu resumo?

Em primeiro lugar que, para Arrojo, a tradução de um texto pode ser considerada equivalente ao original. Pois os trechos de Nietzsche e Mounin por ela citados não foram escritos por Nietzsche e Mounin: na verdade, são passagens de textos redigidos em português por tradutores brasileiros, ou talvez portugueses – não sabemos ao certo porque, como já vimos, Arrojo não menciona quem são os tradutores, decerto por julgar esse detalhe irrelevante para os seus propósitos; o que lhe interessa no momento são os significados, as idéias que Nietzsche e Mounin exprimiram em seus textos, e ela considera que esses significados ou idéias foram transpostos para o português nas traduções de modo razoavelmente confiável. Ao tratar traduções como originais e atribuí-las aos

autores dos originais, Arrojo assume plenamente a visão logocêntrica resumida em (1) – traduções são textos equivalentes a originais.

Em segundo lugar, vemos que Arrojo utiliza expressões como “Mounin crê” e “para Mounin...”. Ora, se Arrojo pode atribuir crenças e opiniões a Mounin com base na sua leitura do texto de Mounin, é porque, a seu ver, o texto de Mounin reflete as intenções conscientes de Mounin. Vemos também que ela cita a passagem de Nietzsche em sua epígrafe e depois não faz qualquer alusão a ela em seu texto; certamente Arrojo considera que o significado da passagem está completamente expresso naquelas palavras, não sendo necessário comentá-las nem contextualizá-las com informações referentes a si própria, ou ao provável leitor brasileiro de seu texto. Ou seja: na sua prática textual, Arrojo segue o pressuposto (2) – o significado é uma propriedade estável do texto, que pode ser identificada com a intenção consciente do autor ao escrevê-lo, e que independe das circunstâncias do leitor.

Por fim, constatamos também que, para Rosemary Arrojo, o significado pode ser considerado um objeto distinto do estilo do texto em que ele aparece. Caso contrário, ela teria citado Nietzsche e outros autores no original. Ao usar uma tradução da passagem de Nietzsche em sua epígrafe – uma tradução que, como Arrojo afirma neste mesmo artigo, necessariamente guarda as marcas do tradutor³ – ela deixa claro que só lhe interessa o significado, esse objeto que pode ser destacado do texto, e portanto do estilo do autor, um objeto que pode ser transportado do alemão para o português.

Vemos, portanto, que, para os fins de um artigo cujo tema é a desconstrução do logocentrismo, Arrojo subscreve justamente aqueles aspectos da visão logocêntrica que, segundo ela, devem ser desconstruídos. A autora, naturalmente, poderia argumentar que se trata de uma aproximação apenas; que, na verdade, ela sabe que a tradução de Mounin feita pelo tradutor brasileiro não é a mesma coisa que o texto de Mounin, tal como sabe que o texto de Mounin não é uma representação estável dos significados e

intenções conscientes de Mounin; mas que, para os fins a que se propõe no artigo em questão, ela pode perfeitamente admitir essas ficções – a ficção do original estável e consciente e a ficção da tradução equivalente.

Pois esta hipotética defesa de Arrojo é justamente o ponto a que quero chegar. Todas as críticas ao logocentrismo apontam para fatos inegáveis. Tem razão Arrojo quando chama a atenção para a impossibilidade de traduções perfeitamente literais, em que a figura do tradutor é de todo invisível. Também é verdade que não é possível determinar com exatidão qual o significado único e preciso de um determinado texto, nem tampouco identificar um tal significado com a intenção consciente do autor. E é evidente que é ingenuidade acreditar que o significado é uma entidade abstrata que pode ser destacada dos outros elementos do texto, como o estilo. O problema, porém, é que, para a grande maioria dos fins práticos que envolvem a utilização de textos, *só podemos* agir se adotarmos certos pressupostos, aproximações que, embora não correspondam à realidade dos fatos, são imprescindíveis.⁴ Temos que agir como se os autores fossem sujeitos conscientes e seus textos expressissem um significado estável que corresponde a suas intenções conscientes; do mesmo modo, quando trabalhamos com traduções de seus textos, temos que agir como se as traduções desses textos fossem equivalentes aos originais, podendo aquelas ser usadas como substitutos destes. Em particular, no contexto do mundo acadêmico, do qual faz parte o mundo da teoria da tradução, só pode haver discussão e troca de idéias se todos os envolvidos na vida acadêmica considerarem que seus pares são sujeitos conscientes que exprimem suas intenções em textos originais, os quais podem ser substituídos por traduções funcionalmente equivalentes em outros idiomas.⁵ Em termos wittgensteinianos, poderíamos dizer que o jogo de linguagem “teorizar” é regido por uma série de regras, entre as quais figuram os pressupostos (1) – (3). Quem não aceita essas regras simplesmente não pode participar do jogo.

O problema central, pois, da abordagem desconstrutivista é que

ela serra o próprio galho em que está sentada. Ressalto mais uma vez: o problema não é que os pressupostos logocêntricos sejam assumidos por uma defensora da desconstrução numa conversa informal, e sim que isso aconteça num texto acadêmico. Arrojo demonstra com clareza que os pressupostos logocêntricos são apenas ficções, porém justamente ao desenvolver sua argumentação é obrigada a valer-se deles, demonstrando também, inadvertidamente, que sem essas ficções se tornam impossíveis as atividades de ler, escrever e traduzir.

Insistamos nesse ponto: de fato, os pressupostos logocêntricos são ficções, e é bem fácil provar que é apenas isso que eles são. Tampouco é difícil demonstrar que as noções geométricas de ponto, reta e plano são ficções que não correspondem a objetos que tenham existência real; mas uma tal demonstração em nada invalida a geometria. Desde Kant, pelo menos, sabemos que toda a ciência, todo o conhecimento, baseia-se em representações do real que são apenas aproximações, que não correspondem necessariamente a nenhuma suposta essência do real-em-si. Toda representação teórica é uma construção artificial; a questão é o que é possível fazer com base nessas representações. O sistema de ficções do logocentrismo torna possível a produção e compreensão de textos, o que não é pouca coisa.

Chegamos, pois, à pergunta do título: desconstruir para quê? Qual o saldo deixado pelo empreendimento desconstrutivista no campo da teoria da tradução? A meu ver, o saldo é essencialmente positivo. Como espero ter demonstrado, a própria prática textual dos teóricos da desconstrução revela a impossibilidade de se abrir mão dos pressupostos básicos da textualidade. Porém ao apontar para o caráter artificial desses pressupostos, os desconstrutivistas tiveram o mérito de problematizar muitas categorias que estavam reificadas. Num ponto Arrojo tem toda razão: não se pode avançar no campo da teoria da tradução enquanto se acreditar que a lingüística um dia poderá se tornar científica no mesmo sentido em que é científica a física. Em física, a metalinguagem utilizada pelo

cientista não faz parte do objeto que ele pretende descrever; no caso da lingüística, porém, a metalinguagem do estudioso é apenas um recorte feito no campo da linguagem natural, que é o próprio objeto de estudo: temos aqui uma circularidade com implicações inescapáveis. Assim, o sentido da crítica desconstrutivista é acertado; o problema é que ela não sabe a hora de parar: tendo desconstruído o entulho do cientificismo positivista, ela começa a retirar o solo que sustentava não só o edifício demolido como toda e qualquer construção. No caso em questão, o que é preciso criticar é a idéia de que a meta de cientificidade à que deve aspirar a lingüística, ou qualquer outra ciência humana, possa ser a mesma que é visada pelas ciências naturais. Quando, porém, Arrojo se propõe a desconstruir “a crença de que há objetos independentes dos sujeitos e da história”,⁶ começamos a suspeitar que se está jogando fora a criança junto com a água do banho, e que o que começou como uma crítica salutar a uma visão equivocada da lingüística aproxima-se perigosamente de uma nova versão do sonho do Cavaleiro Vermelho de Lewis Carroll.

O grande mérito da desconstrução, portanto, é ter levantado discussões que nos tornou a todos – independentemente da posição que adotemos – mais conscientes da diferença entre o que devem ser as metas da atividade tradutória e o que na prática se pode exigir de uma tradução real. Hoje, por exemplo, afirmar que uma determinada tradução de um determinado texto é a única correta ou a única possível é uma demonstração de absoluta ingenuidade teórica. Talvez a melhor maneira de ver a desconstrução seja encará-la como uma vertente de pensamento de valor puramente negativo: boa para apontar para as limitações de conceitos correntes, porém incapaz de propor alternativas viáveis.⁷ Podemos lucrar com as discussões por ela levantada sem aceitar suas conclusões últimas, tal como podemos concordar com a crítica marxista às injustiças sociais criadas pelo capitalismo sem nos sentirmos obrigados a afirmar a necessidade da implantação de uma ditadura do proletariado. É por isso que, como professor de tradução, acho

importante a inclusão de textos desconstrutivistas nas bibliografias dos cursos de formação de tradutores. Tendo em vista a pouca sofisticação teórica da maior parte dos alunos que ingressam na universidade, é salutar que eles sejam expostos a teorias que atacam frontalmente os postulados do senso comum. Não conheço melhor livro-texto para um curso introdutório de tradução que *Oficina de tradução*, da mesma Rosemary Arrojo cujo artigo critiquei acima.

Para concluir, eu queria insistir na diferença entre relativizar e abolir. Sem dúvida, a crítica desconstrutivista nos leva a relativizar vários conceitos – ou seja, encará-los tais como são, como ficções e não realidades. Porém não podemos abrir mão dessas ficções – e “não podemos” aqui não tem o sentido deontico de “não devemos”: trata-se de uma impossibilidade prática. Conceitos como “significado”, “original” e “equivalência” são pressupostos incontornáveis das práticas textuais, por mais problemáticos que sejam. Devemos criticá-los, estar sempre atentos para seu caráter construído, mas deles não podemos abrir mão. O jogo do logocentrismo é, em última análise, o jogo da linguagem. Recusar-se a jogá-lo é condenar-se ao silêncio.

Notas

1. V., por exemplo, Perloff 1996: 53-57, em que a autora discute as críticas de Bourdieu e Jameson a Derrida e analisa ela própria o caso de Stanley Fish. Com relação a Fish, v. também Britto 1995a. No campo específico da tradução, um dos principais críticos da desconstrução tem sido Anthony Pym – veja-se, p. ex., Pym 1995. Para uma crítica mais abrangente das posições desconstrutivistas, v. Nussbaum 1994.

2. Incluído em Arrojo 1992.

3. “Qualquer tradução, por mais simples e despreziosa que seja, traz consigo as marcas de sua realização: o tempo, a história, as circunstâncias, os objetivos e as perspectivas de seu realizador.” Arrojo 1992: 78.

4. Digo “a grande maioria dos casos” porque há ocasiões especiais em que tais ficções são necessariamente questionadas. Ao fazer um estudo psicanalítico de um texto, por exemplo, suspendemos a ficção de que o significado do texto reflete a intenção consciente do autor, e tentamos mostrar de que modo o texto reflete seus impulsos inconscientes. Quando analisamos textos poéticos, podemos questionar não só o pressuposto da intenção consciente como também a da estabilidade do significado, já que uma das características do texto poético é sua polissemia, sua indefinição semântica. E, naturalmente, quando criticamos uma tradução, suspendemos a ficção da equivalência, passando a levantar justamente os pontos do texto em que a suposta equivalência claramente não se dá. V., quanto a essas questões, Britto 1995a e 1995b. Voltarei a este ponto mais adiante.

5. Cf. Pym 1995: 14-15.

6. Arrojo 1992: 74.

7. Minha posição é semelhante à que Geertz manifestou recentemente a respeito das tendências pós-modernas na antropologia. Entrevistado pelo caderno *mais!* da *Folha de São Paulo*, Geertz afirma: “acredito que os pós-modernos estão apresentando questões interessantes que precisaram ser confrontadas até por aqueles de nós que possivelmente não estão muito enamorados das respostas dadas por eles [...] como crítica, acredito que tenha tido um valor significativo, mas, como força positiva e construtiva, sou um pouco mais cético” (Geertz 2001).

Referências bibliográficas

ARROJO, Rosemary (1986). *Oficina da tradução: a teoria na prática*. São Paulo, Ática.

_____. (1992) (org.). *O signo desconstruído — implicações para a tradução, a leitura e o ensino*. Campinas, Pontes.

BRITTO, Paulo Henriques (1995a). “Lícidas: diálogo mais ou menos platônico em torno de ‘Como reconhecer um poema ao vê-lo’, de Stanley Fish”. *paLavra* 3: 142-150.

_____. (1995b). “O lugar da tradução”. In Candido José Mendes de Almeida et al. (orgs.), *O livro ao vivo*. Rio, Centro Cultural Candido Mendes/IBM Brasil.

GEERTZ, Clifford (2001). “A mitologia de um antropólogo”. Entrevista concedida a Victor Aiello Tsu. *mais!, Folha de São Paulo*, 18/02.

NUSSBAUM, Martha (1994). “Skepticism about practical reason in literature and the law.” *Harvard Law Review* 107, pp. 714-744.

PERLOFF, Marjorie (1996). *Wittgenstein’s ladder: poetic language and the strangeness of the ordinary*. Chicago/Londres, University of Chicago Press.

PYM, Anthony (1995). “Doubts about deconstruction as a general theory of translation”. *TradTerm* 2: 11-18.